

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.107.698.070
Preferenciais	81.714.293
Total	1.189.412.363
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	12.629.464	12.647.609
1.01	Ativo Circulante	3.290.454	2.810.570
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	692.729	75.996
1.01.03	Contas a Receber	285.035	253.090
1.01.03.01	Clientes	285.035	253.090
1.01.04	Estoques	24.822	21.011
1.01.06	Tributos a Recuperar	108.417	138.593
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	108.417	138.593
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24.286	30.060
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	84.131	108.533
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.179.451	2.321.880
1.01.08.03	Outros	2.179.451	2.321.880
1.01.08.03.03	Outros ativos	18.592	17.805
1.01.08.03.05	Debêntures privadas	727.841	0
1.01.08.03.07	Adiantamentos a fornecedores	302.431	359.312
1.01.08.03.08	Títulos e valores mobiliários	1.130.587	1.944.763
1.02	Ativo Não Circulante	9.339.010	9.837.039
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.034.798	4.980.871
1.02.01.03	Contas a Receber	35	35
1.02.01.03.01	Clientes	35	35
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	201.566	649.639
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.833.197	4.331.197
1.02.01.09.03	Outros tributos a recuperar	136.887	105.104
1.02.01.09.04	Imposto de renda e contribuição social correntes	223.821	223.821
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	29.630	28.180
1.02.01.09.06	Outros ativos	694	753
1.02.01.09.07	Adiantamento a fornecedores	2.528.183	2.333.095
1.02.01.09.08	Debêntures privadas	0	714.756
1.02.01.09.09	Instrumentos financeiros derivativos	1.010.760	892.139
1.02.01.09.10	Caixa restrito	39.622	33.349
1.02.01.09.13	Direito de uso	863.600	0
1.02.02	Investimentos	80.784	85.508
1.02.02.01	Participações Societárias	80.784	85.508
1.02.03	Imobilizado	4.221.157	4.768.182
1.02.04	Intangível	2.271	2.478

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	12.629.464	12.647.609
2.01	Passivo Circulante	1.073.174	1.028.363
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.432	27.405
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.432	27.405
2.01.02	Fornecedores	436.681	309.859
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.830	5.747
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.830	5.747
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	216	375
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	3.614	5.372
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	396.918	494.125
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	396.918	494.125
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	341.730	345.222
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	55.188	148.903
2.01.05	Outras Obrigações	206.313	191.227
2.01.05.02	Outros	206.313	191.227
2.01.05.02.05	Adiantamentos de clientes	543	14.616
2.01.05.02.07	Receitas diferidas	2.902	2.902
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	59.562	42.855
2.01.05.02.10	Arrendamento Mercantil	123.206	101.047
2.01.05.02.12	Outros passivos financeiros	19.369	28.638
2.01.05.02.13	Dividendos a pagar	731	1.169
2.02	Passivo Não Circulante	7.878.400	8.104.672
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.109.973	7.514.653
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.109.973	7.514.653
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.029.045	2.533.650
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.080.928	4.981.003
2.02.02	Outras Obrigações	615.197	463.448
2.02.02.02	Outros	615.197	463.448
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil	584.985	431.810
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	28.660	30.032
2.02.02.02.12	Outros tributos a pagar	1.552	1.606
2.02.03	Tributos Diferidos	109.513	86.003
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	109.513	86.003
2.02.04	Provisões	34.048	30.485
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.048	30.485
2.02.04.01.05	Provisão para demandas judiciais	34.048	30.485
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	9.669	10.083
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	9.669	10.083
2.02.06.02.01	Receitas Diferidas	9.669	10.083
2.03	Patrimônio Líquido	3.677.890	3.514.574
2.03.01	Capital Social Realizado	2.461.503	2.461.503
2.03.02	Reservas de Capital	22.725	22.725
2.03.02.07	Reservas de Capital	22.725	22.725
2.03.04	Reservas de Lucros	1.027.464	1.027.464
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	163.230	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.968	2.882

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	949.639	833.750
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-580.100	-487.346
3.03	Resultado Bruto	369.539	346.404
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-40.968	-14.010
3.04.01	Despesas com Vendas	72	-1.736
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.574	-15.687
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.216	2.019
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.750	1.394
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	328.571	332.394
3.06	Resultado Financeiro	-128.323	-132.232
3.06.01	Receitas Financeiras	79.482	69.171
3.06.01.01	Receitas Financeiras	49.929	69.171
3.06.01.03	Derivativos	29.553	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-207.805	-201.403
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-184.866	-122.946
3.06.02.02	Derivativos	0	-66.829
3.06.02.03	Variação cambial	-22.939	-11.628
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	200.248	200.162
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.928	-60.997
3.08.01	Corrente	-13.418	-498
3.08.02	Diferido	-23.510	-60.499
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	163.320	139.165
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	163.320	139.165
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,13644	0,11626
3.99.01.02	PNA	0,15008	0,12789
3.99.01.03	PNB	0,13644	0,11626

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	163.320	139.165
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4	0
4.02.01	Perdas atuariais com plano de pensão	-4	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	163.316	139.165

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	397.634	306.657
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	478.312	426.322
6.01.01.01	Lucro operacional antes do IR e CS	200.248	200.162
6.01.01.02	Depreciação e amortização	125.566	106.742
6.01.01.03	Equivalência patrimonial e ganho/perda com investimentos	-4.750	-1.394
6.01.01.04	Provisão para demandas judiciais	5.539	-2.306
6.01.01.05	Provisão para credito de liquidação duvidosa	-303	1.730
6.01.01.07	Provisão para participações nos resultados e bônus	6.516	2.308
6.01.01.09	Outros	17.243	-725
6.01.01.10	Perda apurada nas baixas do ativo permanente	116	-90
6.01.01.12	juros, variações monetárias e cambiais. líquidos	128.137	119.895
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-80.678	-119.665
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-28.104	57.518
6.01.02.02	Estoques	-3.811	1.017
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-1.753	-2.373
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedor	-138.207	-5.376
6.01.02.08	Fornecedores	136.889	-108.715
6.01.02.09	Ordenados e salários a pagar	-4.489	-6.168
6.01.02.12	Adiantamentos de clientes	-14.073	2.380
6.01.02.13	Demandas judiciais	-3.632	-2.166
6.01.02.14	Outros passivos financeiros	-9.598	-8.035
6.01.02.15	Outros impostos, líquidos	-11.787	-42.841
6.01.02.16	Outros ativos e passivos, líquidos	-2.113	-4.906
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.037.041	-171.856
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangíveis	-240.065	-145.979
6.02.03	Titulos e valores mobiliários	831.430	-49.793
6.02.04	Caixa restrito	-6.273	23.569
6.02.05	Parte relacionadas - Mútuo	450.000	0
6.02.06	Dividendos recebidos de coligadas	1.949	347
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-817.942	-263.079
6.03.01	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	662.718	496.466
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-1.191.215	-287.800
6.03.03	Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-218.671	-142.307
6.03.04	Amortizações de antecipação de créditos imobiliários	0	-24.444
6.03.05	Dividendos pagos	-438	0
6.03.08	Instrumentos financeiros derivativos	-22.458	-39.321
6.03.10	Amortização de principal de arrendamento mercantil	-26.758	-230.421
6.03.11	Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-21.120	-35.252
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	616.733	-128.278
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	75.996	153.368
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	692.729	25.090

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.461.503	22.725	1.027.464	0	2.882	3.514.574
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.461.503	22.725	1.027.464	0	2.882	3.514.574
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	163.230	86	163.316
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	163.320	0	163.320
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-90	86	-4
5.05.02.06	Perdas atuariais com planos de pensão	0	0	0	0	-4	-4
5.05.02.07	Ajuste reflexo coligada - custo atribuído	0	0	0	-90	90	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.461.503	22.725	1.027.464	163.230	2.968	3.677.890

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.461.503	22.725	740.315	0	3.112	3.227.655
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-512	0	0	-512
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.461.503	22.725	739.803	0	3.112	3.227.143
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	139.225	-60	139.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	139.165	0	139.165
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	60	-60	0
5.05.02.06	Ajuste reflexo coligada - custo atribuído	0	0	0	60	-60	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.461.503	22.725	739.803	139.225	3.052	3.366.308

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	971.392	860.973
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	969.877	859.476
7.01.02	Outras Receitas	1.212	3.227
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	303	-1.730
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-430.601	-365.515
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-409.845	-346.885
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.286	-17.239
7.02.04	Outros	-13.470	-1.391
7.03	Valor Adicionado Bruto	540.791	495.458
7.04	Retenções	-125.566	-106.742
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-125.566	-106.742
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	415.225	388.716
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	54.679	70.565
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.750	1.394
7.06.02	Receitas Financeiras	49.929	69.171
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	469.904	459.281
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	469.904	459.281
7.08.01	Pessoal	61.943	43.068
7.08.01.01	Remuneração Direta	51.879	38.167
7.08.01.02	Benefícios	8.928	3.979
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.136	922
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.511	65.158
7.08.02.01	Federais	53.720	60.096
7.08.02.02	Estaduais	6.613	4.890
7.08.02.03	Municipais	178	172
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	184.130	211.890
7.08.03.01	Juros	178.251	201.403
7.08.03.02	Aluguéis	5.879	10.487
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	163.320	139.165
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	163.320	139.165

Comentário do Desempenho

RUMO MALHA NORTE – RUMO MALHA NORTE S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE MARÇO 2019

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Norte – Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Intermediárias, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras Intermediárias, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, preparados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e são apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras anuais completas.

A partir de 01 de janeiro de 2019 a Companhia implementou a Norma Contábil CPC 06 (R2) / IFRS 16, que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como arrendatária, a Companhia reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. No resultado das operações, a Companhia deixa de registrar despesas de arrendamento pelas parcelas incorridas/pagas e passa a registrar despesas de amortização do direito de uso e encargos financeiros de juros sobre os passivos de arrendamento.

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019.

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	1T19	1T18	Var. %
Receita líquida	949,6	833,7	13,9%
Custo dos serviços prestados	(580,1)	(487,3)	19,0%
Lucro bruto	369,5	346,4	6,7%
Margem bruta (%)	39%	42%	-6,4%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(33,5)	(17,4)	92,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(12,2)	2,0	n.a
Equivalências patrimoniais	4,7	1,4	235,7%
Depreciação e amortização	125,6	106,7	17,7%
EBITDA	454,1	439,1	3,4%
Margem EBITDA (%)	47,8%	52,7%	-9,2%
Resultado financeiro líquido	(128,3)	(132,2)	n.a.
Imposto de renda e contribuição social	(36,9)	(61,0)	n.a
Lucro líquido	163,3	139,2	17,3%

No trimestre findo em 31 de março de 2019, a receita operacional líquida atingiu R\$ 949,6 milhões, crescimento de 13,9% em relação ao trimestre findo em 31 de março de 2018, em decorrência do aumento da tarifa média de transporte e do crescimento demanda de transportes de produtos agrícolas e industriais. O EBITDA foi de R\$ 454,1 milhões, crescimento de 3,4% em relação ao trimestre findo em 31 de março de 2018. A Companhia apresentou lucro líquido

Comentário do Desempenho

de R\$ 163,3 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2019 comparado a um lucro de R\$ 139,2 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2018.

Notas Explicativas

1 Contexto Operacional

A Rumo Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, com término em maio de 2079, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e são apresentadas de forma condizente com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras anuais completas.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 13 de maio de 2019.

Notas Explicativas

3 Principais políticas contábeis

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção das novas normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma ou interpretação emitida que ainda não esteja em vigor. A Companhia aplicou pela primeira vez o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) Arrendamento mercantil, cujos efeitos e alterações estão divulgados a seguir (Nota 3.2).

3.1 Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

	Participação direta	
	31/03/2019	31/12/2018
Coligadas (Equivalência patrimonial)		
Termag S.A. ⁽ⁱ⁾	19,85%	19,85%
TGG S.A. ⁽ⁱ⁾	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer Ltda.	50,00%	50,00%

- i. Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

3.2 Alteração em políticas contábeis adotadas pela Companhia

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas nas últimas demonstrações financeiras anuais.

As mudanças nas políticas contábeis também serão refletidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Outras novas normas são efetivas a partir desta data, mas não afetam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores (a Companhia não possui transação relevantes como arrendador).

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo:

Notas Explicativas

(a) Na definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos, às quais aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

(b) No tratamento como arrendatária

A companhia arrenda ativos, incluindo imóveis, infraestrutura ferroviária, portuária, material rodante (locomotivas e vagões), veículos e equipamentos de TI. Como arrendatária, a Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia apresenta os valores contábeis dos ativos de direito de uso (incluindo ativos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros) em uma linha específica do balanço designada "direito de uso". Da mesma forma, registra os passivos em uma conta distinta chamada "Arrendamento mercantil".

(i) Política contábil significativa

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Notas Explicativas

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisão é exercível por ambos os participantes (arrendador e arrendatário).

(ii) Transição

Anteriormente a Companhia dispensava aos contratos de concessão de infraestrutura ferroviária e material rodante o mesmo tratamento dado aos arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17. Alguns arrendamentos são ajustados por índices inflacionários como IGP-M ou IPCA.

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- i. Ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial – a companhia aplicou esta abordagem aos seus arrendamentos de infraestrutura ferroviária e material rodante; ou
- ii. Ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de qualquer pagamento antecipado ou acumulado do arrendamento – a companhia aplicou esta abordagem a todas os outros arrendamentos.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 / IAS 17:

- i. Aplicou a isenção para não reconhecer ativos de direito de uso e passivos para arrendamentos com prazo menor que 12 meses.
- ii. Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.
- iii. Utilizou percepção tardia ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato continha opções para estender ou rescindir o contrato de arrendamento.

Os arrendamentos classificados e registrados anteriormente como arrendamento financeiro conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 tiveram o valor contábil do direito de uso do ativo e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e passivo de arrendamento imediatamente antes dessa data.

Notas Explicativas

(c) Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos adicionais de arrendamento, reconhecendo a diferença em lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo:

	<u>01/01/2019</u>
Ativo não circulante	
Ativos de direito de uso	202.294
Total do ativo não circulante	202.294
Total ativo	202.294
Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	19.802
Total passivo circulante	19.802
Passivo não circulante	
Passivos de arrendamento	182.492
Total passivo não circulante	182.492
Total passivo	202.294

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 7,73%.

Além de registrar os ativos e passivos adicionais destacados no quadro anterior, a Companhia reclassificou: R\$668.093 do imobilizado (valor residual do direito de uso de ativos já registrados anteriormente como arrendamentos financeiros).

3.3 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.4 Fluxos de caixa

- **Transações que não envolvem caixa**

- (i) Liquidação de mútuo em 31 de março de 2019 no valor de R\$ 10.066, por meio da utilização de débitos com partes relacionadas.

- **Classificação de juros e dividendos**

- (ii) A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações através do aumento dos dividendos recebidos de empresas coligadas.

- (iii) Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois a Companhia considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

Notas Explicativas

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4.1 IFRS 17 - Contratos de seguros

Esta norma introduz um novo modelo para contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com valores comparativos exigidos. Com base em trabalhos preliminares, estimamos que o impacto será irrelevante. Estamos no processo de revisar nossos acordos existentes para determinar o impacto na adoção.

Nenhum outro novo pronunciamento contábil emitido ou em vigor durante o exercício fiscal teve ou deverá ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Bancos conta movimento	444.624	74
Aplicações financeiras	248.105	75.922
	<u>692.729</u>	<u>75.996</u>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Certificado de depósitos bancários - CDB	248.105	75.922
	<u>248.105</u>	<u>75.922</u>

A gestão de caixa da Companhia é centralizada na controladora Rumo. Consequentemente, variações nos saldos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (veja nota 6) não são representadas exclusivamente pelas operações da Companhia, mas também por adiantamentos e outras operações financeiras com partes relacionadas (veja nota 10).

6 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	1.130.587	1.944.763
	<u>1.130.587</u>	<u>1.944.763</u>

(i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC.

Caixa restrito

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações vinculadas a empréstimos	37.630	31.254
Valores depositados em garantia	1.992	2.095
	<u>39.622</u>	<u>33.349</u>

Notas Explicativas

7 Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cientes terceiros	169.639	157.908
Cientes partes relacionadas (Nota 10)	129.073	109.100
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(13.642)	(13.883)
	<u>285.070</u>	<u>253.125</u>
Circulante	<u>285.035</u>	<u>253.090</u>
Não circulante	<u>35</u>	<u>35</u>

8 Outros tributos a recuperar

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	197.325	185.729
ICMS ⁽ⁱ⁾	18.674	18.246
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	4.610	9.312
Outros	409	350
	<u>221.018</u>	<u>213.637</u>
Circulante	<u>84.131</u>	<u>108.533</u>
Não circulante	<u>136.887</u>	<u>105.104</u>
	<u>221.018</u>	<u>213.637</u>

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

9 Adiantamento a fornecedores

O saldo dos adiantamentos a fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores partes relacionadas (Nota 10) ⁽ⁱ⁾	<u>2.830.614</u>	<u>2.692.407</u>
Total	<u>2.830.614</u>	<u>2.692.407</u>
Circulante	<u>302.431</u>	<u>359.312</u>
Não circulante	<u>2.528.183</u>	<u>2.333.095</u>

(i) Os adiantamentos a fornecedores são referentes a partilha de fretes, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

Notas Explicativas

10 Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	31/03/2019	31/12/2018
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	113.864	100.565
Raízen Combustível S.A.	112	493
Rumo Malha Sul S.A.	7.626	1.298
Rumo S.A.	1.166	1.311
Brado Logística S.A.	4.646	941
Outros	1.659	4.492
	<u>129.073</u>	<u>109.100</u>
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	300.000	300.000
Rumo Malha Sul S.A.	-	56.935
Outros	2.431	2.377
	<u>302.431</u>	<u>359.312</u>
Debêntures privadas		
Rumo S.A.	727.841	-
	<u>727.841</u>	<u>-</u>
Ativo circulante	<u>1.159.345</u>	<u>468.412</u>
Adiantamento a fornecedores		
Portofer Transp. Ferrov. Ltda	142.723	122.723
Rumo Malha Paulista S.A.	2.381.907	2.206.907
Outros	3.552	3.465
	<u>2.528.183</u>	<u>2.333.095</u>
Mútuo		
Rumo Malha Sul S.A.	201.566	649.639
	<u>201.566</u>	<u>649.639</u>
Debêntures privadas		
Rumo S.A.	-	714.756
	<u>-</u>	<u>714.756</u>
Ativo não circulante	<u>2.729.749</u>	<u>3.697.490</u>
Total do ativo	<u>3.889.094</u>	<u>4.165.902</u>
	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo		
Fornecedores		
Portofer Transp. Ferrov. Ltda.	131.129	128.690
Rumo Malha Paulista S.A.	168.134	19.700
Raízen Combustíveis S.A.	15.538	14.078
Rumo Malha Sul S.A.	26.061	57.631
Rumo S.A.	8.405	6.953
Brado Logística S.A.	3.780	3.424
Outros	793	2.152
	<u>353.840</u>	<u>232.628</u>
Debêntures privadas		
Rumo Malha Oeste S.A.	191.797	188.299
	<u>191.797</u>	<u>188.299</u>
Passivo circulante	<u>545.637</u>	<u>420.927</u>
Total do passivo	<u>545.637</u>	<u>420.927</u>

Notas Explicativas

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	31/03/2019	31/03/2018
Receita operacional líquida		
Rumo Malha Paulista S.A.	43.959	54.206
Rumo Malha Sul S.A.	494	666
Brado Logística S.A.	6.093	4.656
Raízen Energia S.A.	1.395	896
Raízen Combustíveis S.A.	2.532	1.419
Outros	8	17
	<u>54.481</u>	<u>61.860</u>
Compras de serviços		
Rumo Malha Paulista S.A.	(350.863)	(320.382)
Raízen Combustíveis S.A.	(20.758)	(26.297)
Rumo S.A.	(3.756)	(3.000)
Rumo Malha Sul S.A.	(10.832)	(8.733)
Logisport Armazéns Gerais S.A.	(721)	-
Brado Logística S.A.	(373)	(326)
Outros	(253)	(322)
	<u>(387.556)</u>	<u>(359.060)</u>
Despesas compartilhadas ⁽ⁱ⁾		
Rumo Malha Sul S.A.	(31.718)	(18.931)
Portofer Transp. Ferrov.	(11.156)	(10.107)
Outros	(2.386)	(2.771)
	<u>(45.260)</u>	<u>(31.809)</u>
Resultado financeiro		
Rumo Malha Sul S.A.	11.994	23.605
Rumo S.A.	13.086	12.652
Rumo Malha Oeste S.A.	(3.497)	(3.650)
	<u>21.583</u>	<u>32.607</u>

- (i) A partir de 2019 a Administração revisou os direcionadores de rateio, anteriormente volume de trabalho, e passou a considerar número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas para alocações dos gastos compartilhados entre as empresas do Grupo.

c) Remuneração da administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no período findo em 31 de março de 2019 totalizou R\$2.782 (R\$2.459 em 31 de março de 2018), sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

11 Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$10, totalizando R\$450.000 emitidas pela sua controladora como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	31/03/2019	31/12/2018
Debêntures privadas - Rumo S.A. (Nota 10)	06/01/2015	450.000	06/01/2020	CDI+1,30% a.a	727.841	714.756

O saldo de atualização financeira em 31 de março de 2019 totalizou R\$13.085 (R\$12.652 em 31 de março de 2018).

Notas Explicativas

12 Investimentos em coligadas

	Número de ações da investida	Ações da Companhia	Percentual de participação	Saldo em 01 de janeiro de 2019	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de março de 2019	Resultado de equivalência em 31 de março de 2018
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	5.193	1.320	-	(5.700)	813	(1.239)
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	19.601	920	(2.251)	-	18.270	801
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	16.043	2.510	(1.523)	-	17.030	1.832
Portofer	100.503.066	50.251.533	50,00%	44.671	-	-	-	44.671	-
Total				85.508	4.750	(3.774)	(5.700)	80.784	1.394

13 Arrendamentos

a. Direito de uso

	Terrenos, edifícios	Máquinas e Equipamentos	Vagões e locomotivas	Softwares	Outros ativos	Total
Valor de custo:						
Reconhecimento inicial a normal CPC 06 (R2) / IFRS 16	112.613	315	7.454	69.449	12.463	202.294
Transferências do imobilizado ⁽ⁱ⁾	130.000	-	888.404	-	-	1.018.404
Saldo em 01 de janeiro de 2019	242.613	315	895.858	69.449	12.463	1.220.698
Adições	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2019	242.613	315	895.858	69.449	12.463	1.220.698
Amortização:						
Transferências do imobilizado ⁽ⁱ⁾	(50.450)	-	(299.861)	-	-	(350.311)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(50.450)	-	(299.861)	-	-	(350.311)
Adições	(2.879)	(50)	(626)	(1.736)	(1.496)	(6.787)
Saldo em 31 de março de 2019	(53.329)	(50)	(300.487)	(1.736)	(1.496)	(357.098)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	192.163	315	595.997	69.449	12.463	870.387
Saldo em 31 de março de 2019	189.284	265	595.371	67.713	10.967	863.600

- (i) O montante refere-se a transferências de arrendamentos financeiros anteriormente registrados na rubrica de imobilizado, conforme demonstrado na Nota 14 de Imobilizado (custo e depreciação acumulada).

Notas Explicativas

b. Passivo de arrendamento

	Financeiro	Operacional	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	532.857	-	532.857
Reconhecimento inicial	-	202.294	202.294
Apropriação de juros	17.500	3.542	21.042
Transferências	-	(125)	(125)
Pagamento de principal	(25.493)	(1.265)	(26.758)
Pagamento de juros	(17.577)	(3.542)	(21.119)
Saldo em 31 de março de 2019	507.287	200.904	708.191
Circulante			123.206
Não circulante			584.985
			708.191

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2022 (uma abertura por vencimentos é demonstrada na Nota 25). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Para o período findo em 31 de março de 2019, os impactos no resultado foram:

	<u>31/03/2019</u>
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	14
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	9
	<u>23</u>

Notas Explicativas

14 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i) / (ii)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	246.749	249.349	3.775.670	2.586.447	285.159	11.254	7.154.628
Transferências para direito de uso (iii)	(130.000)	-	(888.404)	-	-	-	(1.018.404)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	116.749	249.349	2.887.266	2.586.447	285.159	11.254	6.136.224
Adições	-	-	-	-	240.065	-	240.065
Baixas	-	-	(46.320)	-	-	-	(46.320)
Transferências	7.229	24.950	94.700	10.836	(138.506)	791	-
Saldo em 31 de março de 2019	123.978	274.299	2.935.646	2.597.283	386.718	12.045	6.329.969
Valor de depreciação:							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(49.569)	(63.987)	(1.283.430)	(979.916)	-	(9.544)	(2.386.446)
Transferências para direito de uso (iii)	50.450	-	299.861	-	-	-	350.311
Saldo em 01 de janeiro de 2019	881	(63.987)	(983.569)	(979.916)	-	(9.544)	(2.036.135)
Adições	(5.140)	(4.380)	(73.520)	(35.535)	-	(130)	(118.705)
Baixas	-	-	46.028	-	-	-	46.028
Saldo em 31 de março de 2019	(4.259)	(68.367)	(1.011.061)	(1.015.451)	-	(9.674)	(2.108.812)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	117.630	185.362	1.903.697	1.606.531	285.159	1.710	4.768.182
Saldo em 31 de março de 2019	119.719	205.932	1.924.585	1.581.832	386.718	2.371	4.221.157

- (i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro;
- (ii) Em 31 de março de 2019 e 2018, vagões e locomotivas no montante de R\$ 191.965 foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 14);
- (iii) Foram transferidos para direito de uso o montante de R\$ 668.093, onde R\$ 1.018.404 refere-se a custo e (R\$ 350.311) a depreciação acumulada devido a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Capitalização de custos de empréstimos

No período findo em 31 de março de 2019 e 2018, não houve custos de empréstimos capitalizados.

Análise de perda ao valor recuperável

Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão. A data base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o período findo em 31 de março de 2019 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

Notas Explicativas

15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos financeiros				
Descrição	Indexador	Taxa média anual de juros	31/03/2019	31/12/2018	Vencimento
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	9,29%	1.092.266	948.036	dez-29
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,33%	75.989	80.630	jan-24
NCE	125,00% do CDI	8,06%	-	646.024	-
	CDI + 0,80%	7,25%	497.925	514.817	dez-23
	Pré-dólar (US\$)	7,38%	3.088.216	3.085.576	fev-24
	Pré-dólar (US\$)	5,88%	2.040.107	2.028.833	jan-25
Bancos Comerciais	Pré-fixado (US\$)	-	7.793	15.499	jun-19
			6.802.296	7.319.415	
Debêntures					
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68%	8,75%	512.798	-	fev-26
	128,00% do CDI	8,26%	-	501.064	mar-19
Debêntures privadas - Rumo Malha Oeste (Nota 10)	CDI + 1,50%	7,99%	191.797	188.299	mai-19
			704.595	689.363	
Total			7.506.892	8.008.778	
Circulante			396.918	494.125	
Não circulante			7.109.973	7.514.653	

Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais da Companhia e fianças bancárias nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 2,42% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de março de 2019 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 324.047 (R\$ 342.079 em 31 de dezembro de 2018).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 6,40% e TJLP de 7,03%.

Debêntures

Em 22 de fevereiro de 2019, a Companhia captou recursos através de uma emissão de debêntures ICVM 476 no valor total de R\$ 500.000, com vencimento em fevereiro de 2026 e juros de IPCA + 4,68% a.a. pagos semestralmente. Essa dívida está protegida por Swap de juros.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/03/2019	31/12/2018
Reais (R\$)	2.370.776	2.878.870
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	5.136.116	5.129.908
Total	7.506.892	8.008.778

(i) Em 31 de março de 2019, todas as dívidas com data denominadas em dólares norte-americanos, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos.

Notas Explicativas

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o período findo em 31 de março de 2019.

Saldo em 01 de janeiro de 2019	8.008.778
Captações	662.718
Amortização de principal	(1.191.215)
Pagamento de juros	(218.671)
Atualização monetária, cambial e valor justo	245.282
Saldo em 31 de março de 2019	7.506.892

Linha de crédito não utilizada

Em 31 de março de 2019, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$800.687 (R\$974.021 em 31 de dezembro de 2018).

Cláusulas Restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiras. A Companhia avalia as condições das cláusulas restritivas anualmente.

16 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/03/2019	31/03/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	200.248	200.162
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(68.084)	(68.055)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	1.615	474
Lucro da exploração	27.974	4.830
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	119	69
Efeito de amortização do ágio	2.520	2.520
Outros	(1.073)	(835)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(36.929)	(60.997)
Taxa efetiva	18,44%	30,47%

Notas Explicativas

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	31/03/2019	31/12/2018
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	13.154	26.132
Base negativa de contribuição social	4.147	8.912
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	12.580	11.354
Provisão para perda ao valor recuperável	7.641	8.586
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	4.638	4.720
Provisões para não realização de impostos	25.367	24.654
Provisões de participações no resultado	2.144	3.625
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	135.982	136.006
Ajuste valor justo sobre dívidas	86.229	57.298
Diferenças temporárias sobre outras provisões	19.652	14.148
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	9.934	-
Outros	46.882	47.084
Tributos diferidos - Ativos	368.350	342.519
 (-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	 (47.111)	 (47.111)
 Créditos passivos de diferenças temporárias:		
Arrendamento mercantil	(83.942)	(74.932)
Resultado não realizado com derivativos	(346.810)	(306.479)
Tributos diferidos - Passivos	(430.752)	(381.411)
 Total de tributos diferidos registrados	 (109.513)	 (86.003)

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituída uma provisão para não realização. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

Saldo em 01 de janeiro de 2019	(86.003)
Resultado	(23.510)
Saldo em 31 de março de 2019	(109.513)

Notas Explicativas

17 Fornecedores

	31/03/2019	31/12/2018
Fornecedores de serviços e materiais	414.511	289.257
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	16.256	14.689
Outros	5.914	5.913
Total	436.681	309.859
Fornecedores	82.841	77.231
Fornecedores partes relacionadas (Nota 10)	353.840	232.628
	436.681	309.859

18 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Provisão para demandas judiciais	
	31/03/2019	31/12/2018
Tributárias	72	11
Cíveis, regulatórias e ambientais	4.801	5.290
Trabalhistas	29.175	25.184
	34.048	30.485
	Depósitos judiciais	
	31/03/2019	31/12/2018
Tributárias	2.369	2.338
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.308	1.288
Trabalhistas	25.953	24.554
	29.630	28.180

Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	11	5.290	25.184	30.485
Provisionados no período	59	130	4.815	5.004
Baixas por reversão / pagamento	-	(1.041)	(2.744)	(3.785)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	2	422	1.920	2.344
Saldo em 31 de março de 2019	72	4.801	29.175	34.048

(i) Inclui baixa de juros

Notas Explicativas

a) Tributárias

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/03/2019	31/12/2018
ICMS - Exportação	94.221	92.644
Plano de Opção de Compra de Ações	9.856	9.765
IRPJ/CSLL	92.861	91.908
ICMS TAD	68.408	66.880
CSRF/IRRF Lei 13.043/2014	14.321	14.144
Outros	19.558	19.368
	299.225	294.709

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/03/2019	31/12/2018
Cíveis	29.416	27.675
Regulatórias	1.472	1.443
Ambientais	72.406	71.133
	103.294	100.251

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/03/2019	31/12/2018
Reclamações trabalhistas	53.639	55.190
	53.639	55.190

19 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas, 76.088.610 ações preferenciais nominativas “A” e 5.625.683 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

Notas Explicativas

b. Incentivos fiscais – SUDAM

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de março de 2019 sobre o lucro da exploração foi de R\$27.974 (R\$4.830 em 31 de dezembro de 2018).

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. Não foram identificados itens com possíveis efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico e diluídos são iguais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018:

Básico e diluído

	31/03/2019	31/03/2018
Numerador		
Resultado líquido do período	163.320	139.165
Por ação ordinária	151.132	128.780
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	11.420	9.731
Por ação preferencial "B"	768	654
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.107.698	1.107.698
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	76.089	76.089
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.626	5.626
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	0,13644	0,11626
Por ação preferencial "A"	0,15008	0,12789
Por ação preferencial "B"	0,13644	0,11626

21 Receita operacional líquida

	31/03/2019	31/03/2018
Receita bruta na venda de serviços	969.877	859.476
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(20.238)	(25.727)
Receita operacional líquida	949.639	833.750

Notas Explicativas

22 Custo e despesas por natureza

A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	31/03/2019	31/03/2018
Despesas com pessoal	(68.096)	(47.046)
Depreciação e amortização	(125.566)	(106.742)
Despesas com serviços de terceiros	(7.940)	(10.458)
Material de uso e consumo	(19.033)	(18.406)
Arrendamento	-	(696)
Despesas com transporte e elevação	(80.282)	(55.645)
Outras despesas	(312.685)	(265.776)
	<u>(613.602)</u>	<u>(504.769)</u>

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(580.100)	(487.346)
Despesas comerciais	72	(1.736)
Despesas gerais e administrativas	(33.574)	(15.687)
	<u>(613.602)</u>	<u>(504.769)</u>

23 Resultado financeiro

	31/03/2019	31/03/2018
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(147.822)	(175.531)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(22.939)	(11.164)
Resultado com derivativos e valor justo	29.553	41.934
Amortização do gasto de captação	(8.897)	(6.429)
Fianças e garantias sobre dívidas	(66)	(3.866)
	<u>(150.171)</u>	<u>(155.056)</u>
Rendimento de aplicação financeira	<u>20.403</u>	<u>28.818</u>
	20.403	28.818
Custo da dívida, líquida	<u>(129.735)</u>	<u>(126.238)</u>
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	29.526	40.353
Juros sobre passivos de arrendamento	(17.058)	(33.433)
Despesas bancárias e outros	(2.326)	(245)
Certificado de recebíveis imobiliários	-	(2.019)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(2.672)	2.095
Variação cambial	-	(464)
Juros sobre outras obrigações	(6.059)	(12.281)
	<u>1.445</u>	<u>(5.994)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(128.323)</u>	<u>(132.232)</u>
Despesas financeiras	(184.866)	(122.946)
Receitas financeiras	49.929	69.171
Variação cambial	(22.939)	(11.628)
Derivativos	29.553	(66.829)
Resultado financeiro, líquido	<u>(128.323)</u>	<u>(132.232)</u>

Notas Explicativas

24 Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

	31/03/2019	31/03/2018
Constituição (Reversão) de provisão para demandas judiciais	(5.539)	2.306
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	116	2.150
Outras despesas líquidas	(6.793)	(2.437)
	<u>(12.216)</u>	<u>2.019</u>

25 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Riscos de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	31/03/2019	31/12/2018
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	1.130.587	1.944.763
Instrumentos financeiros derivativos	1.010.760	892.139
	<u>2.141.347</u>	<u>2.836.902</u>
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	692.729	75.996
Contas a receber de clientes	285.070	253.125
Recebíveis de partes relacionadas	201.566	649.639
Debêntures privadas	727.841	714.756
Caixa restrito	39.622	33.349
	<u>1.946.828</u>	<u>1.726.865</u>
Total	<u>4.088.175</u>	<u>4.563.767</u>
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.865.770	2.894.369
Passivo de arrendamento	708.191	532.857
Fornecedores	436.681	309.859
Outros passivos financeiros	19.369	28.638
Dividendos a pagar	731	1.169
Parcelamento de débitos - REFIS	1.903	1.981
	<u>3.032.645</u>	<u>3.768.873</u>
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.641.121	5.114.409
	<u>5.641.121</u>	<u>5.114.409</u>
Total	<u>8.673.766</u>	<u>8.883.282</u>

Durante o período, não houve reclassificação entre categorias, de valor justo por meio do resultado e custo amortizado apresentadas acima.

Notas Explicativas

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e aleatórias nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição aos riscos de juros e câmbio da Companhia estão apresentados a seguir:

	Nacional		Valor justo	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	4.646.145	4.146.145	1.010.760	892.139
Total de instrumentos contratados pela Companhia	4.646.145	4.146.145	1.010.760	892.139

(a) Risco de crédito

	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱⁱ⁾	692.729	75.996
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	1.130.587	1.944.763
Caixa restrito ⁽ⁱⁱ⁾	39.622	33.349
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	285.070	253.125
Debentures privadas	727.841	714.756
Recebíveis de partes relacionadas	201.566	649.639
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	1.010.760	892.139
	4.088.175	4.563.767

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

Notas Explicativas

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro 2018 é o valor registrado, como demonstrado na nota 15, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	31/03/2019
AA	448.560
AAA	2.425.138
Total	2.873.698

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/03/2019					31/12/2018
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e Fornecedores	(631.485)	(666.407)	(5.386.623)	(3.114.938)	(9.799.453)	(10.354.897)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(19.369)	-	-	-	(19.369)	(28.638)
Parcelamento de débitos - REFIS	(405)	(408)	(588)	(652)	(2.053)	(2.150)
Passivo de arrendamento	(196.486)	(179.968)	(376.187)	(292.187)	(1.044.828)	(814.418)
Dividendos a pagar	(731)	-	-	-	(731)	(1.169)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	846.130
	(1.285.157)	(846.783)	(5.763.398)	(3.407.777)	(11.303.115)	(10.665.001)

- (i) Em 31 de março de 2019 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$19.369 (R\$28.638 em 31 de dezembro de 2018). Essas operações tiveram o Banco Itaú e o Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 7,37% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

Notas Explicativas

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

I. Risco cambial

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.136.116)	(4.968.371)
Instrumentos financeiros derivativos	5.128.323	4.952.872
Exposição cambial, líquida	(7.793)	(15.499)

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

No cenário provável a Companhia utiliza o dólar projetado por consultoria especializada para 31 de março de 2020. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável:

	31/03/2019	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	3,8967	3,7650	4,7063	5,6475	2,8238	1,8825

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de março de 2019, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivos ou negativos no resultado, antes dos impostos. Os cenários com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável como segue:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Instrumentos financeiros derivativos	Flutuação do câmbio	173.590	(1.240.632)	(2.481.263)	1.240.632	2.481.263
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	(173.326)	1.238.749	2.477.498	(1.238.749)	(2.477.498)
Impactos no resultado do período		264	(1.883)	(3.765)	1.883	3.765

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A Companhia utiliza os seguintes cenários para as taxas de juros:

	31/03/2019				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,65%	8,31%	9,98%	4,99%	3,33%
CDI	6,65%	8,31%	9,98%	4,99%	3,33%
TJLP	5,80%	7,25%	8,70%	4,35%	2,90%
IPCA	3,70%	4,63%	5,55%	2,78%	1,85%

O cenário provável considerado pela Companhia utiliza as projeções de mercado feitas por consultoria externa especializada (Tendências).

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

	31/03/2019				
Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	46.066	11.517	23.033	(11.516)	(23.033)
Títulos e valores mobiliários	75.184	18.796	37.592	(18.796)	(37.592)
Caixa restrito	2.634	659	1.317	(658)	(1.317)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(115.458)	(47.760)	(80.403)	47.760	80.403
Passivo de arrendamento	(15.146)	(3.015)	(6.030)	3.015	6.030
Instrumentos financeiros	(349.769)	(647.751)	(1.212.336)	745.876	1.608.130
Impactos no resultado do período	(356.489)	(667.554)	(1.236.827)	765.681	1.632.621

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 6,40% a.a. e 7,03% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras intermediárias. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 15.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”) e acrescenta taxas de desconto que refletem o risco de crédito contraparte que são aplicados em cada um dos vencimentos no cálculo do valor justo de todos os instrumentos financeiros. A Companhia adota os ratings das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio rating para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de rating, como premissa necessária para extrair a probabilidade de *default*.”

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
	Valor contábil			
	31/03/2019	31/12/2018	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	1.130.587	1.944.763	1.130.587	1.944.763
Instrumentos financeiros derivativos	1.010.760	892.139	1.010.760	892.139
Total	2.141.347	2.836.902	2.141.347	2.836.902
Passivo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.641.121	5.114.409	5.641.121	5.114.409
Total	5.641.121	5.114.409	5.641.121	5.114.409

Hedge accounting – Valor justo

Atualmente, a Companhia adota o hedge de valor justo para algumas de suas operações em que ambos os saldos (instrumentos de *hedge* e os itens cobertos) são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Operações e efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Dívida	Derivativos	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(5.114.409)	892.139	(4.222.270)
Amortização de juros	161.698	22.458	184.156
Valor justo	(175.612)	91.038	(84.574)
Saldo em 31 de março de 2019	(5.128.323)	1.005.635	(4.122.688)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Rumo Malha Norte S.A.
Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rumo Malha Norte S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia
Contador CRC 1SP213431/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras Intermediárias, referentes ao período social findo em 31 de março de 2019.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 14 de maio de 2019 pela KPMG Auditores Independentes, CRC 2SP014428/O-6.